



**CÂMARA MUNICIPAL DE SILVEIRAS**  
**Vereador Profº Antônio de Santa Terezinha Maciel**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Rua Maestro João Batista Julião, 100, Centro, Cep. 12.690-000  
Fone/Fax (0xx12) 3106-1115 / 3106-1188 – CNPJ 01.650.934/0001-31  
[Email-silveirascm@terra.com.br](mailto:silveirascm@terra.com.br) / [secretaria@cmsilveiras.sp.gov.br](mailto:secretaria@cmsilveiras.sp.gov.br)  
**PORTAL DO VALE HISTÓRICO**

**Processo dispensa nº 06/2025**

**Dispensa nº 04/2025**

O Poder Legislativo tem por objetivo Contratação De Empresa Para Aquisição De 01 (Um) telefone celular/smartphone para uso exclusivo do setor de Tesouraria da Câmara Municipal de Silveiras.

### **1. JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO DIRETA**

1.1 - A presente aquisição tem por finalidade, ter acesso a Sistemas Bancários e Plataformas Digitais: O celular proporcionará acesso imediato a aplicativos bancários e plataformas financeiras, permitindo a realização de transações de forma rápida e segura, sem a necessidade de deslocamentos ou espera por acesso ao computador.

1.2 - Agilidade nas Comunicações: O celular facilitará a comunicação direta e ágil com instituições financeiras, fornecedores, prestadores de serviços e outros setores da Câmara, tornando a resolução de pendências e tomadas de decisões mais rápidas.

1.3 - O celular permitirá ao setor de tesouraria acompanhar, em tempo real, o andamento de processos financeiros e pendências, melhorando o fluxo de trabalho e garantindo maior controle e transparência.

Portanto, a aquisição de um celular para o setor de tesouraria é essencial para otimização das rotinas administrativas, assegurando maior segurança, praticidade e agilidade na execução das funções atribuídas.

Os presentes autos vieram instruídos com a seguinte documentação:

Definição do Objeto nos termos do art. 18, inciso II da Lei Federal nº 14.133/2021 e Descrição da necessidade da contratação formalizada com a justificativa e caracterização do interesse público envolvido, nos termos do art. 18, inciso I, § 10 c/c Art. 72, inciso I da Lei Federal nº 14.133/2021;

Estimativa da Despesa e formação do preço inicial, definido com base no melhor preço aferido por meio da utilização do seguinte parâmetro previsto no artigo 23, §1º, inciso IV da Lei 14.133/2021: “pesquisa direta com no mínimo 3 (três) fornecedores, mediante solicitação formal de cotação, desde que seja apresentada justificativa da escolha desses fornecedores.”

Demonstração da previsão de recursos orçamentários com o compromisso a ser assumido, conforme estabelecido na Lei Orçamentária Anual, nos termos do Art. 72, inciso IV, Art. 40, inciso V, alínea "c", Art. 12 parágrafo único e caput do Art. 18 da Lei Federal nº 14.133/2021;

Autorização da Autoridade Competente, pela continuidade da contratação haja vista se alinhar com a necessidade da gestão municipal, conforme despacho anexados aos presentes autos, nos termos do Art. 72, inciso VIII da Lei Federal nº 14.133/2021;



**CÂMARA MUNICIPAL DE SILVEIRAS**  
**Vereador Profº Antônio de Santa Terezinha Maciel**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Rua Maestro João Batista Julião, 100, Centro, Cep. 12.690-000  
Fone/Fax (0xx12) 3106-1115 / 3106-1188 – CNPJ 01.650.934/0001-31  
[Email-silveirasm@terra.com.br](mailto:Email-silveirasm@terra.com.br) / [secretaria@cmsilveiras.sp.gov.br](mailto:secretaria@cmsilveiras.sp.gov.br)  
**PORTAL DO VALE HISTÓRICO**

---

**DA PREVISÃO LEGAL**

DESTA FORMA, analisando os autos, para a realização da presente aquisição não é necessário a realização de licitação, haja vista que, conforme previsão do inciso II do art. 75 da Lei Federal nº 14.133/2021, cujo valor foi atualizado pelo Decreto Federal nº 11.871/2023, o estimativo de gastos para a presente contratação ficou abaixo do limite estabelecido na lei, podendo a licitação ser dispensada no presente caso.

Neste sentido a regra geral vigente no arcabouço jurídico pátrio é que a contratação pública deve ser precedida de licitação pública, assim a redação do art. 37, inciso XXI da Constituição da República Federativa do Brasil - CRFB/ 1988, não deixa dúvidas quanto ao acima exposto, entretanto, o próprio art. 37, inciso XXI. da CFB de 1988 diz que podem existir casos previstos na legislação infraconstitucional em que a Administração Pública, respeitadas as formalidades legais, pode contratar de forma direta, nesse sentido é o art. 75, inciso II combinado com o seu §3º, da Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021, conforme transcrição a seguir:

*CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL-CRFB/1988: ART. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:*

*[...] XXI - ressalvados os casos especificados na legislação, as obras, materiais, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômica indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.*

**LEI FEDERAL Nº 14.133, DE 2021:**

Art. 75. É dispensável a licitação: [ ... ] II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), no caso de serviços e compras[ ... ];

DECRETO Nº 11.871, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2023 - Atualiza os valores estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021.

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidos de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, da Câmara Municipal, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada o proposta mais vantajosa.

**Abaixo apresentamos os valores de cotação prévia apurados:**

<b>Colocação</b>	<b>Empresa</b>	<b>Valor Global</b>
<b>1º LUGAR</b>	VLADEMILTON ROSA DE ALMEIDA LUIZ -ME	<b>RS 1.286,70</b>
<b>2º LUGAR</b>	CASSIANO SANTIAGO FONSECA – ME	<b>RS 1.299,00</b>
<b>3º LUGAR</b>	DORALENE APARECIDA GOMES – ME	<b>RS 1.399,90</b>



**CÂMARA MUNICIPAL DE SILVEIRAS**  
**Vereador Profº Antônio de Santa Terezinha Maciel**  
**ESTADO DE SÃO PAULO**

Rua Maestro João Batista Julião, 100, Centro, Cep. 12.690-000  
Fone/Fax (0xx12) 3106-1115 / 3106-1188 – CNPJ 01.650.934/0001-31

[Email-silveirascm@terra.com.br](mailto:silveirascm@terra.com.br) / [secretaria@cmsilveiras.sp.gov.br](mailto:secretaria@cmsilveiras.sp.gov.br)

*PORTAL DO VALE HISTÓRICO*

A única empresa que manifestou interesse em propostas adicionais e apresentou proposta com valor global para a prestação dos serviços VLADMILTON ROSA DE ALMEIDA LUIZ - ME, INSCRITA NO CNPJ: 17.385.850/0001-58.

**DA RAZÃO DA ESCOLHA DO FORNECEDOR**

Em análise aos presentes autos, a única Empresa que apresentou a proposta final menor VLADMILTON ROSA DE ALMEIDA LUIZ - ME, INSCRITA NO CNPJ: 17.385.850/0001-58, e está em conformidade com os praticados no mercado local.

A proposta apresentada pela empresa supracitada é compatível com as necessidades desta Casa de Leis e não apresenta grandes diferenças que venha a influenciar na preferência, ficando esta escolha vinculada apenas à verificação do critério de menor preço global;

**DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO**

Após a escolha da melhor proposta, foi verificado que os preços praticados no mercado, do objeto ora pretendido, sendo assim, optou-se por escolher a proposta de menor preço global, e que tenha juntado ao processo documentos de habilitação. Em relação ao preço ainda, verifica-se que eles estão compatíveis com a realidade do mercado, podendo a Administração contratá-la sem qualquer afronta à lei de regência dos certames licitatórios.

No caso em questão verificamos, como já foi dito, trata-se de situação pertinente a Dispensa de Licitação.

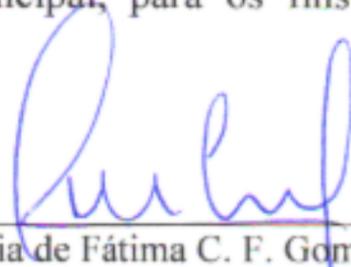
Seguem juntamente com o processo documentações referentes à habilitação da empresa, atendendo às condições estabelecidas no artigo 62, do Lei nº 14.133/2021. Verificando os valores, analisamos que se trata de uma contratação cujos valores são inferiores a R\$ 59.906,02 (cinquenta e nove mil novecentos e seis reais e dois centavos), portanto justificamos o presente processo de dispensa.

**CONCLUSÃO**

Importante consignar que o interesse em contratar a referida empresa, relativamente ao objeto demandado, é decisão discricionária do Gestor optar pela contratação ou não, ante a criteriosa análise de toda a documentação acostada aos autos que instruem o presente procedimento.

Assim, submeto o presente processo de dispensa e justificativa à Análise da Assessoria Jurídica e do Controle Interno para posterior ratificação do Exmo. Sr. Marco Aurélio Gonçalves Ferreira Diniz Presidente da Câmara Municipal, para os fins do disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.

Silveiras, 26 de Fevereiro de 2025

  
Antônia de Fátima C. F. Gomes  
Agente de Contratação